

TRABALHO DECENTE NO BRASIL: DIFERENÇAS POR SEXO E IDADE

DECENT WORK IN BRAZIL: DIFFERENCES BY SEX AND AGE[♥]

Eugenia Leone*
Paulo Baltar**

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o desempenho do mercado de trabalho brasileiro no período 2004-2013, salientando a importância do crescimento econômico na reativação desse mercado. O artigo é dividido em quatro seções. Após uma breve introdução, a seção 1 apresenta os desafios que o Brasil tem enfrentado em suas tentativas de ampliar o trabalho decente, tendo como pano de fundo o desempenho econômico do país desde 2004. A seção 2 analisa a população economicamente ativa (status ocupacional, atividades agrícolas e não agrícolas, setores de atividade) levando em consideração grupos de idade e sexo. Depois disso, na seção 3, o rendimento do trabalho é estudado de forma comparativa entre homens e mulheres. Finalmente, as considerações finais resumem e concluem o artigo, discutindo os desafios a serem enfrentados a fim de alcançar maior crescimento econômico com repercussões positivas para o mercado de trabalho nacional.

Palavras-chave: Trabalho decente. Mercado de trabalho. Gênero.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyse the Brazilian labour market performance in the period 2004-2013, emphasising the importance of high economic growth to reactivate the country's labour market. After a brief introduction, section 1 presents the challenges Brazil has faced in their attempts to expand decent work, with the backdrop of the national economic performance since 2004. Section 2 analyses the economically active population (employment status, agricultural and non-agricultural activities, activity sectors) taking into account groups of age and sex. After that, in section 3, the labour income is studied in a comparative way between male and female. Finally, the last section summarizes and concludes the paper, discussing the challenges to be faced in order to achieve higher economic growth, as well as their repercussion on the national labour market.

Keywords: Decent work. Labour market. Gender.

INTRODUÇÃO

O déficit de trabalho decente é elevado no Brasil, mas na primeira década do século XXI houve uma redução (OIT, 2012), em consequência do bom desempenho da economia e da ação do governo, comprometido com os interesses populares (BERG, 2011). O governo procurou elevar o nível socioeconômico das classes mais desfavorecidas, que sobrevivem na economia informal (LEONE, 2010), e criou uma agenda de políticas específicas para melhorar a inserção ocupacional da juventude (ABRAMO, 2013).

[♥] Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no “I Congresso Iberoamericano de Relaciones Laborales” ocorrido em Sevilla, de 28 a 29 de janeiro de 2016.

* Professora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) E-mail: eleone@unicamp.br.

** Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) E-mail: pbaltar@unicamp.br

O *boom* internacional das commodities melhorou a balança de pagamentos, favorecendo o crescimento da atividade econômica (BALTAR et al., 2010). O câmbio e as taxas de juros, entretanto, foram muito elevados e o governo não agiu para reduzir as taxas de interesse a um nível apropriado para que a expansão da atividade econômica pudesse desenvolver aquela produção que compete com a dos outros países, de tal forma que o desempenho da economia se tornasse menos dependente da continuação da situação internacional favorável.

O governo permitiu a valorização da moeda nacional, ajudando a reduzir a inflação e conduziu uma exitosa política de elevação dos rendimentos mais baixos do trabalho que foi acompanhada por um grande aumento do emprego e da renda média do trabalho juntamente com uma redução das diferenças de renda. O PIB cresceu significativamente com inflação baixa, mas este crescimento foi acompanhado por um desproporcional aumento das importações de bens manufaturados.

O aumento de consumo teve um papel importante no crescimento econômico e levou a aumento do emprego e do rendimento do trabalho, especialmente em ocupações de baixa remuneração, permitindo a milhares de brasileiros participar do mercado consumidor. O acesso ao crédito, o aumento do salário mínimo e a política social com base em transferências de dinheiro reforçaram o crescimento do consumo. Mas a crise global afetou o Brasil no final de 2008 e parou o crescimento da economia. A resposta inicial do governo à crise foi eficaz, evitando uma queda significativa da atividade econômica, mas não conseguiu redefinir a direção da economia e o crescimento do PIB diminuiu. Os indicadores de mercado de trabalho continuaram a melhorar, apesar do menor crescimento do PIB (redução na taxa de desemprego e aumento da renda do trabalho) consequência das mudanças no crescimento de mão de obra, devido à dinâmica demográfica e, especialmente, pela entrada mais tardia na atividade econômica (BALTAR, 2014).

Nesse cenário, o objetivo deste trabalho é a analisar o desempenho do mercado de trabalho no período entre 2004 e 2013, levando em consideração idade e sexo, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Este artigo foi dividido em três partes, além desta introdução. Na segunda parte, apresentamos uma visão geral dos desafios enfrentados na busca do trabalho decente no Brasil, examinando o desempenho da economia brasileira desde 2004. A terceira parte analisa a evolução do mercado de trabalho, entre 2004 e 2013, destacando as mudanças no emprego e desemprego, composição do emprego, atividades agrícolas e não agrícolas, setores de atividade não agrícola e rendimento do trabalho, de acordo com a idade e sexo. Finalmente, resumem-se as principais conclusões.

I TRABALHO DECENTE E DESEMPENHO DA ECONOMIA

O conceito de trabalho decente concilia metas de criação de empregos com acesso a esses empregos, igualdade de oportunidades, direitos no trabalho, proteção social e promoção de diálogo entre trabalhadores, empregadores e autoridades públicas (BAUMANN, ABRAMO e BOLDUC, 2008). No Brasil, as possibilidades de aplicar esse conceito aumentaram com a democracia que vem sendo construída desde os anos 1980, em um processo que teve momento importante na Constituição Federal de 1988 que ampliou os direitos individuais e coletivos no país. Essa constituição refletiu a luta para ampliar os direitos de crianças, mulheres, idosos, negros e trabalhadores em geral.

A concretização dessa ampliação de direitos foi dificultada pela má situação econômica do país, durante a crise da dívida externa que levou mais de uma década para ser superada. Além disso, os impasses da economia e a deterioração das finanças públicas e do aparelho de Estado motivaram uma reforma liberal que deu um rumo para a economia que em

muitos aspectos é inconsistente com o estabelecido na Constituição, provocando inclusive diversas tentativas de mudança constitucional, menos de dez anos depois de sua aprovação.

Um dos eixos da reforma neoliberal foi o desenvolvimento do mercado financeiro no país e com este propósito se facilitou a entrada e saída de capital e sua aplicação no mercado doméstico de ativos financeiros. O desenvolvimento do mercado financeiro doméstico e sua integração com o mercado financeiro internacional ajudou a diminuir a inflação, mas retirou graus de liberdade para o estado agir em favor do desenvolvimento da produção de bens e serviços e da melhora da situação social da população (PAULANI, 2007).

Não obstante, uma situação internacional favorável ao comércio exterior desde 2003, ao lado de sucessivos mandatos de governos comprometidos com os interesses dos trabalhadores, permitiu progredir, em vários aspectos, na redução do déficit de trabalho decente, concretizando o estabelecido pela Constituição.

O revigoramento do mercado de trabalho, em consequência do maior dinamismo da economia brasileira, foi fundamental para a redução no déficit de trabalho decente (BALTAR, 2010). Inicialmente, devido ao forte aumento da exportação, o crescimento do PIB acelerou com o aumento do consumo, favorecido pela geração de emprego e pelo aumento da renda do trabalho, mas também pela ampliação do crédito. As famílias se endividaram, antecipando o aumento do consumo, na expectativa de pagar a dívida com o futuro aumento da renda familiar. Exportação e consumo induziram investimentos que no auge do crescimento, em 2007 e 2008, tornaram-se o principal componente da demanda efetiva na determinação daquele crescimento.

A política macroeconômica, entretanto, continuou delineada em função do controle da inflação e de uma maneira compatível com o desenvolvimento do mercado doméstico de ativos financeiros, através da entrada de fundos aplicados naquele mercado (ARESTIS, DE PAULA e FERRARI-FILHO, 2007). Essa orientação da política macroeconômica impediu um melhor aproveitamento da situação internacional favorável, em termos do desenvolvimento da produção para o mercado doméstico e para a exportação, resultando em um crescimento mais intenso do PIB com forte importação de bens manufaturados, especialmente os de elevado conteúdo tecnológico.

A política monetária manteve em nível muito alto as taxas de juros praticadas no país, contribuindo para levar a uma taxa de câmbio muito baixa, na situação internacional favorável. Nesta situação internacional, juros altos e câmbio baixo ajudaram a baixar a inflação e a ter mais atividade da economia, especialmente através do aumento do consumo. O aumento do valor do salário mínimo e a política social, destacando as transferências de renda para a população mais pobre, reforçaram a ampliação do consumo.

A moeda nacional valorizada fez com que a maior atividade da economia induzisse investimentos na produção que não concorre com a de outros países ou aquela em que o país tem vantagem natural ou construída previamente (BALTAR, 2014). Não foram estimulados investimentos em atividades em que fosse necessário não apenas preservar, mas criar vantagens comparativas, pois os produtos dessas atividades poderiam ser importados a preço muito baixo, não se justificando arriscar no investimento para desenvolver essas atividades.

O investimento então foi expressivo, mas consolidou atividades em que a produção não concorre com a de outros países ou em que o Brasil tem vantagens naturais ou desenvolvidas previamente. O crescimento do PIB, portanto, ficou muito dependente da demanda internacional por esses produtos em que o país já tem vantagem para competir.

Um melhor aproveitamento da situação internacional favorável pressupunha uma ação pública mais vigorosa. Antes de qualquer outra medida, seria preciso evitar a valorização da moeda nacional que favoreceu o desenvolvimento financeiro, mas prejudicou a tendência de longo prazo do desenvolvimento da produção de bens e serviços. A estabilização da taxa de

câmbio em nível apropriado para o desenvolvimento da produção requeria ir além da acumulação de reservas internacionais, com o estado interferindo na entrada de capital e no desenvolvimento do mercado financeiro doméstico, além de impor uma taxação provisória da exportação de commodities.

Um nível menor das taxas de juros reforçaria o estímulo à maior atividade da economia e junto com a estabilização da taxa de câmbio em patamar mais razoável tornaria rentável muitos investimentos em atividades que exigem a criação de vantagem comparativa. Além disso, o menor pagamento de juros da dívida pública suavizaria o custo fiscal da manutenção de reservas internacionais e proporcionaria recursos necessários para o estado poder atuar com mais eficácia na articulação de investimentos autônomos em infraestrutura econômica e social e no desenvolvimento da competitividade da produção doméstica. Esses recursos públicos seriam reforçados pela taxação provisória da exportação de commodities, beneficiada não somente pelos altos preços internacionais, mas também pela política de sustentação da taxa de câmbio.

Este outro rumo no crescimento da economia acarretaria um relacionamento completamente diferente do verificado entre os setores produtivo e financeiro e de ambos com o estado. O menor nível das taxas de juros, sem fuga de capital, exigiria mais controle público do mercado de ativos financeiros, da entrada de capital e da troca de moedas, contrariando os interesses no livre desenvolvimento das finanças nacionais, muitos deles também envolvidos na produção de bens e serviços.

A estratégia dos governos comprometidos com os interesses dos trabalhadores foi de não contrariar os interesses ligados ao livre desenvolvimento do mercado de ativos financeiros. Deixou a moeda valorizar e forçou o aumento do valor do salário mínimo (BARBOSA et al., 2012). Este afeta não somente os menores níveis de remuneração, mas também o valor mínimo dos benefícios da seguridade social que a Constituição de 1988 atrelou ao salário mínimo. Além disso, criou o Bolsa Família para os que não podem participar do revigoramento do mercado de trabalho. Finalmente, foi mais condescendente com o movimento sindical, legalizando e proporcionando recursos públicos para as organizações centrais nacionais. Houve então um expressivo aumento do emprego e da renda do trabalho, especialmente das menores remunerações, e um forte aumento da renda familiar.

O *boom* de consumo que durou praticamente uma década modificou significativamente o nível socioeconômico da população brasileira. O início da crise global que atingiu o Brasil no último trimestre de 2008 afetou pouco a onda de expansão do consumo porque o governo teve como reagir e impedir o colapso do crédito e a paralisação da economia, dando continuidade e até aprofundando o aumento do salário mínimo e a política social (ILO, 2011). O acirramento da competição internacional e a incerteza quanto aos desdobramentos da crise, entretanto, têm dificultado a tentativa de dar continuidade ao crescimento do PIB, evitando a desaceleração do consumo, visando manter o bom resultado do mercado de trabalho.

A mudança na situação internacional exige uma alteração de rumo na economia brasileira para preservar os indicadores do mercado de trabalho. Mudanças de rumo exigem investimentos autônomos, ou seja, que não decorram dos estímulos da evolução prévia da economia. Os investimentos autônomos têm aumentado muito pouco e a desaceleração do consumo vem diminuindo o ritmo de crescimento do PIB. Além disso, a evolução dos termos de troca, no relacionamento comercial com outros países, já não vem permitindo como até recentemente, absorver a elevação dos preços relativos dos bens e serviços que não concorrem com os de outros países, sem aumentar a inflação. Essa produção que não concorre com a de outros países foi a principal responsável pela geração de emprego e sua expansão requer a elevação do poder de compra da população através de reajustamentos de salários maiores do

que a inflação. Na nova situação, o governo tem impedido um aumento ainda maior da inflação, atrasando os reajustamentos de tarifas públicas, mas esse atraso é contraditório com a ampliação dos investimentos autônomos, principalmente os de infraestrutura.

A dificuldade central está na mudança do relacionamento dos setores produtivo e financeiro e deles com o Estado. A magnitude dessas dificuldades sugere que o investimento autônomo em infraestrutura econômica e social e no desenvolvimento da competitividade da produção manufatureira doméstica vai ser relativamente lento e limitará a intensidade do crescimento do PIB. A produtividade, entretanto, aumentará mais fortemente do que no passado recente, sendo possível prever uma diminuição no ritmo de crescimento do emprego. Uma das questões principais para o debate sobre a continuidade do avanço na condição socioeconômica da população brasileira é o que significará essa redução do ritmo de crescimento do emprego em termos do desempenho do mercado de trabalho. Elementos importantes para o exame deste assunto são proporcionados por uma análise do que ocorreu no mercado de trabalho ao longo da primeira década dos anos 2000.

II MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 2000

O crescimento do PIB ficou mais rápido em meados da década, alcançou 6% ao ano antes da crise global afetar o Brasil no último trimestre de 2008 e, desde então, vem diminuindo em meio ao desenrolar da crise mundial. Comparando 2013 com 2004, o PIB cresceu 3,5% ao ano e ampliou em 1,4% ao ano o emprego no conjunto da economia. A Tabela 1 mostra os indicadores do mercado de trabalho em cada um desses dois anos.

Tabela 1 – Brasil: Indicadores de mercado de trabalho por sexo e idade (2004 e 2013).

| Sexo e idade | Taxa de participação | | Taxa de desemprego | | Taxa de ocupação | |
|----------------------|----------------------|------|--------------------|------|------------------|------|
| | 2004 | 2013 | 2004 | 2013 | 2004 | 2013 |
| Homem (menos de 30) | 62,7 | 56,2 | 11,3 | 9,6 | 55,6 | 50,8 |
| Mulher (menos de 30) | 46,3 | 43,4 | 19,4 | 15,6 | 57,3 | 36,6 |
| Homem (30 ou mais) | 82,2 | 79,1 | 3,9 | 2,8 | 79,0 | 76,9 |
| Mulher (30 ou mais) | 55,6 | 53,9 | 6,8 | 5,3 | 51,8 | 51,0 |
| Homem | 73,2 | 70,1 | 6,8 | 5,0 | 68,2 | 66,6 |
| Mulher | 51,6 | 50,1 | 11,7 | 8,5 | 45,6 | 45,8 |
| Total | 62,0 | 59,7 | 8,9 | 6,5 | 56,5 | 55,8 |

Fonte: IBGE - PNAD 2004 e 2013.

A taxa de desemprego de 2013 foi menor que a de 2004, mas também foi menor a taxa de participação da população na atividade econômica. Como a taxa de ocupação também diminuiu entre os anos mencionados, a queda na taxa de desemprego deveu-se mais à queda na taxa de participação do que à intensidade do crescimento das oportunidades ocupacionais.

A redução na taxa de participação da população na atividade econômica foi então importante para a diminuição da taxa de desemprego. Isto fica evidente em um exercício hipotético que simula o que ocorreria com a taxa de desemprego caso a redução observada na taxa de ocupação ocorresse sem a redução na taxa de participação. Sob essas hipóteses, a taxa de desemprego aumentaria de 8,9% para 10% em vez de diminuir para 6,5%.

O desempenho do mercado de trabalho foi um componente importante do crescimento com inclusão social que ocorreu no Brasil de 2004 a 2013. Em particular, destacaram-se o intenso crescimento do emprego assalariado com contrato formalizado de acordo com as leis do trabalho e o aumento do nível da renda do trabalho com redução nas diferenças de renda

entre os trabalhadores. Para entender cabalmente esse desempenho do mercado de trabalho é preciso levar em conta que este ocorreu em meio de uma redução tanto na taxa de desemprego quanto na taxa de participação da população na atividade econômica.

Comparando homens com mulheres, é possível verificar que a simultaneidade das diminuições nas taxas de participação e de desemprego ocorreu nos dois casos, mas a diminuição na taxa de ocupação ocorreu somente entre os homens. A intensidade da diminuição na taxa de desemprego foi semelhante, mas a queda na taxa de participação foi bem maior no caso dos homens. Levando em conta a idade das pessoas, verifica-se que a diminuição da taxa de ocupação foi maior no caso dos homens com menos de 30 anos de idade. A diminuição da taxa de participação foi generalizada, mas a intensidade da queda foi bem maior no caso dos homens com menos de 30 anos de idade.

No Brasil, os homens com menos de 20 anos de idade têm participação na atividade econômica bem maior do que em outros países latino americanos, mas essa participação vem diminuindo progressivamente, desde os anos 90, em paralelo ao aumento da escolaridade dessa parcela da população. O que está ocorrendo é um adiamento da entrada no mercado de trabalho, que afeta com particular intensidade a taxa de participação dos homens jovens. A simultaneidade da menor taxa de participação com a existência em 2013 de menos pessoas com 10 a 30 anos do que em 2004 e maior nível de emprego assalariado, modificou significativamente o perfil ocupacional de jovens do sexo masculino (Tabela 2) e feminino (Tabela 3).

Tabela 2 - Distribuição dos homens (menores e maiores de 30 anos) por posição na ocupação. Brasil, 2004 e 2013.

| Posição na Ocupação | Homem (menos de 30) | | Homem (30 ou mais) | | Homem | |
|---------------------|---------------------|-------|--------------------|-------|-------|-------|
| | 2004 | 2013 | 2004 | 2013 | 2004 | 2013 |
| Empregado formal | 38,4 | 53,2 | 38,7 | 45,5 | 38,5 | 47,8 |
| Empregado sem cart. | 30,5 | 25,1 | 15,9 | 13,2 | 21,4 | 16,8 |
| Trab. doméstico | 0,8 | 0,5 | 1,0 | 1,0 | 0,9 | 0,9 |
| Conta própria | 13,3 | 12,0 | 33,7 | 29,9 | 26,1 | 24,5 |
| Empregador | 1,6 | 1,4 | 7,4 | 6,1 | 5,2 | 4,7 |
| Não remunerado (*) | 15,4 | 7,7 | 3,3 | 4,3 | 7,9 | 5,3 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: IBGE. PNAD 2004 e 2013.

Nota: (*) Inclui produção para consumo próprio e construção para uso próprio.

Tabela 3 – Brasil: Distribuição das mulheres (menores e maiores de 30 anos) por posição na ocupação. (2004 e 2013)

| Posição na Ocupação | Mulher (menos de 30) | | Mulher (30 ou mais) | | Mulher | |
|---------------------|----------------------|-------|---------------------|-------|--------|-------|
| | 2004 | 2013 | 2004 | 2013 | 2004 | 2013 |
| Empregado formal | 35,5 | 54,6 | 33,8 | 43,1 | 34,4 | 46,4 |
| Empregado sem cart. | 21,2 | 19,5 | 10,0 | 8,9 | 13,9 | 12,0 |
| Trab. doméstico | 17,5 | 9,2 | 16,8 | 16,8 | 17,1 | 14,6 |
| Conta própria | 9,7 | 8,7 | 19,9 | 18,0 | 16,3 | 15,3 |
| Empregador | 1,1 | 0,9 | 3,3 | 3,2 | 2,5 | 2,5 |
| Não remunerado (*) | 15,0 | 7,1 | 16,2 | 10,0 | 15,8 | 0,2 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: IBGE - PNAD 2004 e 2013.

Nota: (*) Inclui produção para consumo próprio e construção para uso próprio.

A população ativa masculina com menos de 30 anos, em 2013, foi 11,8% menor que em 2004, mas o número de empregados de estabelecimento com esta idade foi 2% maior. Isto foi possível porque a soma de desempregados e ocupados com outra posição na ocupação (que não de empregados) em 2013 foi 33,6% menor do que em 2004. Ou seja, menos homens com menos de 30 anos de idade estavam voltados para a atividade econômica em 2013 e 71% deles tinham emprego assalariado em estabelecimento, enquanto que, em 2004, essa proporção era de 61%. Além disso, 68% desses jovens assalariados tinham emprego formal em 2013, sendo que esta proporção era de 56% em 2004. Assim, em 2013, era menor o número de jovens voltados para a atividade econômica, mas uma fração maior desses jovens tinha emprego formal em 2013 (48%) comparado a 2004 (34%).

Entre os adultos do sexo masculino também aumentou a proporção dos que tinham emprego formal entre 2004 e 2013. Ao longo deste período, muitos jovens com emprego formal puderam continuar neste tipo de emprego ao se tornarem adultos; e uma fração menor desses jovens (comparando com o que era habitual no passado) foi expulsa do mercado de trabalho, sendo obrigada a estabelecer um negócio por conta própria. Em consequência, a proporção de homens adultos ocupados que eram empregadores ou trabalhadores por conta própria diminuiu de 41% para 36%, mas o número absoluto desses empregadores e trabalhadores por conta própria em 2013 foi 9,7% maior do que em 2004. Não diminuiu o estoque de adultos que tinha negócio próprio, mas foi muito maior o aumento dos adultos que tinha emprego assalariado em estabelecimento. O número de adultos que tinha emprego assalariado em estabelecimento, em 2013, foi 35% maior do que em 2004.

O maior dinamismo do mercado de trabalho assalariado com o crescimento mais robusto da economia manifesta-se tanto na ampliação do número de jovens com emprego assalariado (reduzindo a proporção de jovens desempregados ou com outra posição na ocupação, principalmente trabalho não remunerado para outro membro da família que tem um negócio próprio) como na maior permanência das pessoas nos empregos de estabelecimentos quando se tornam adultas, sem chegar a reduzir o estoque de adultos que têm um negócio próprio. Já uma diminuição no ritmo de crescimento do emprego assalariado reduz simultaneamente o emprego assalariado de jovens e intensifica a expulsão do mercado de trabalho dos jovens quando se tornam adultos, obrigando-os a estabelecer um negócio por conta própria.

Esses dois movimentos apareceram de forma mais nítida no caso das mulheres, pois o crescimento do emprego assalariado de estabelecimento foi bem mais intenso do que no caso dos homens (40% e 21%, respectivamente). O emprego feminino juvenil ampliou-se 24%, muito mais do que os 2% observados no emprego masculino juvenil. A PEA feminina com menos de 30 anos, em 2013, foi menor que a de 2004 e as empregadas assalariadas de estabelecimento aumentaram em simultâneo à redução no número de desempregadas, empregadas domésticas e trabalhadoras não remuneradas que proporcionalmente são muito maiores do que na ocupação masculina juvenil. Na medida em que mais mulheres jovens foram se inserindo no emprego de estabelecimento e continuaram nesse tipo de emprego quando adultas, ocorreu um expressivo aumento do número de adultas com emprego de estabelecimento (50% no caso das mulheres adultas e 35% no caso dos homens adultos).

O intenso aumento do emprego de estabelecimento de jovens e adultos dos dois sexos ocorreu com formalização dos contratos de trabalho. O grau de assalariamento formal das mulheres aumentou de 63% para 74% no caso das jovens e de 77% para 83% no caso das adultas, enquanto entre os homens a formalização dos empregos de estabelecimento aumentou de 56% para 68% no caso dos jovens e de 71% para 78% no caso dos adultos. A maior formalização dos empregos em estabelecimento no caso das mulheres está relacionada com o fato das mulheres com condição econômica inferior, em sua maioria, não tinham emprego de

estabelecimento e sim emprego doméstico remunerado. Essa situação vem se modificando no caso das mulheres jovens que estão se inserindo, cada vez mais, no emprego de estabelecimento e não tanto no emprego doméstico remunerado. Já as mulheres adultas permanecem no emprego doméstico remunerado. De modo análogo ao dos homens adultos que têm negócio próprio, o estoque de empregadas domésticas adultas diminuirá lentamente se o emprego assalariado de estabelecimento continuar aumentando fortemente, permitindo inserir o jovem nesse tipo de emprego e mantendo nele as pessoas quando se tornam adultas.

As modificações descritas na maneira como a população tem sido absorvida na atividade econômica vêm ocorrendo em meio a significativas mudanças na composição do emprego por setor de atividade. A Tabela 4 mostra que a principal alteração na composição setorial do emprego entre 2004 e 2013 traduz a diminuição em 22,5% no número de pessoas ocupadas pelo setor agrícola (inclui pecuária, extração vegetal e pesca). Ao mesmo tempo, o conjunto das demais atividades ampliou o número de pessoas ocupadas em 23%. Em consequência, a participação do setor agrícola na ocupação das pessoas diminuiu de 21,2% para 14,5%, fazendo este setor deixar de ser a maior fonte de ocupação dos brasileiros que passou a ser o comércio e reparação que ampliou o número de pessoas ocupadas em 16,7% ou 1,7% ao ano, menos do que o conjunto das atividades não agrícolas onde o número de pessoas ocupadas cresceu 2,3% ao ano.

Tabela 4 – Brasil: Distribuição da PEA conforme atividade agrícola e não agrícola, variação total, taxa anual de crescimento e proporção de mulheres (2004 e 2013)

| Atividade | Distribuição | | Variação | | % mulheres | |
|--------------|--------------|-------|----------|------------|------------|------|
| | 2004 | 2013 | Total | Taxa anual | 2004 | 2013 |
| Agrícola | 21,2 | 14,5 | -22,5 | -2,8 | 32,0 | 29,8 |
| Não agrícola | 78,8 | 85,5 | 23,0 | 2,3 | 44,4 | 44,7 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 13,4 | 1,4 | 41,8 | 42,5 |

Fonte: IBGE - PNAD 2004 e 2013.

A forte redução na ocupação de pessoas pelo setor agrícola contrasta com a intensa expansão do agronegócio que, entretanto, é responsável por uma parcela relativamente pequena da ocupação das pessoas pelo setor agrícola. A Tabela 5 mostra as alterações das posições na ocupação que ocorreram com a redução na ocupação agrícola. O emprego assalariado no setor agrícola diminuiu 18% entre 2004 e 2013. Foi particularmente forte a diminuição do emprego sem carteira de trabalho, pois o grau de formalização do emprego assalariado do setor agrícola aumentou de 31,6% para 40,5% neste período. O emprego formal do setor agrícola, em 2013, foi 5,2% maior do que em 2004. A expansão do agronegócio pode ter contribuído para a ampliação do emprego formal, mas a mecanização da colheita de importante parcela do agronegócio respondeu por uma parte expressiva da redução do emprego sem carteira de trabalho do setor agrícola (28,6%).

Tabela 5 – Brasil: Distribuição das pessoas ocupadas na agricultura por posição na ocupação (2004 e 2013)

| Posição na Ocupação | 2004 | % mulheres | 2013 | % mulheres |
|---------------------|------|------------|------|------------|
| Empregado formal | 8,7 | 12,2 | 11,8 | 13,1 |
| Empregado sem cart. | 18,8 | 11,2 | 17,3 | 9,7 |
| Empregador | 3,1 | 7,7 | 1,9 | 7,5 |
| Conta própria | 26,2 | 12,5 | 28,3 | 14,2 |
| Não remunerado | 24,1 | 50,8 | 10,4 | 56,9 |
| Consumo próprio | 19,1 | 68,2 | 30,3 | 54,4 |

| | | | | |
|-------|-------|------|-------|------|
| Total | 100,0 | 32,0 | 100,0 | 29,8 |
|-------|-------|------|-------|------|

Fonte: IBGE - PNAD 2004 e 2013.

A importância da pequena produção familiar na ocupação do setor agrícola manifestase na elevada participação dos trabalhos por conta própria, não remunerados e para o consumo próprio que, em conjunto, contribuíram com 69% da ocupação agrícola. Houve, entretanto, significativa modificação na composição dessas três posições na ocupação, notadamente a diminuição do peso do trabalho não remunerado e o aumento do trabalho para o consumo próprio. O número de pessoas envolvidas exclusivamente na produção agrícola para o consumo próprio aumentou 23% entre 2004 e 2013. Essa modificação nas posições na ocupação agrícola está relacionada com o impacto da política social, não somente aquela voltada especificamente para o desenvolvimento da produção familiar, mas principalmente com a da aposentadoria rural (que a Constituição Federal de 1988 garantiu para todos os trabalhadores rurais, independentemente de contribuição para a previdência social), que tem motivado intensa sindicalização de trabalhadores rurais, e o Bolsa Família, que tem amenizado a situação das famílias pobres. A renda proporcionada por esses programas sociais permite à pequena produção mais precária prescindir da venda de produtos, dedicando toda a produção para o consumo próprio.

A Tabela 6 mostra as modificações nas posições na ocupação no conjunto das atividades não agrícolas. Foi particularmente intenso o crescimento do emprego em estabelecimentos que realizam essas atividades. O emprego em estabelecimento no conjunto das atividades não agrícolas foi 32,8% maior em 2013 do que em 2004, um crescimento anual de 3,2%. O crescimento do número de pessoas em outras posições na ocupação foi muito menor, inclusive na posição trabalho doméstico remunerado que, em 2013, tem número de pessoas praticamente idêntico ao observado em 2004. A participação do emprego em estabelecimento no total das pessoas ocupadas pelas atividades não agrícolas aumentou de 62,5% para 67,5% e o grau de formalização desses empregos também se ampliou de 71% para 80%.

Tabela 6 – Brasil: Distribuição das pessoas ocupadas em atividade não agrícolas por posição na ocupação (2004 e 2013)

| Posição na Ocupação | 2004 | % mulheres | 2013 | % mulheres |
|------------------------|-------|------------|-------|------------|
| Empregado formal | 44,4 | 40,4 | 53,2 | 42,9 |
| Empregado sem carteira | 18,1 | 37,6 | 14,3 | 39,7 |
| Trab. doméstico | 9,7 | 93,3 | 7,8 | 92,6 |
| Empregador | 4,4 | 29,2 | 4,1 | 30,4 |
| Conta própria | 20,9 | 37,2 | 19,3 | 35,9 |
| Não remunerado | 2,4 | 64,1 | 1,2 | 67,2 |
| Consumo próprio | 0,1 | 13,0 | 0,1 | 10,4 |
| Total | 100,0 | 44,4 | 100,0 | 44,7 |

Fonte: IBGE. PNAD 2004 e 2013.

A intensa ampliação do emprego de estabelecimento em atividades não agrícolas foi responsável pela maior absorção de jovens pelo emprego assalariado, diminuindo o número de jovens desempregados e também de jovens no trabalho não remunerado e no emprego doméstico remunerado. A ampliação do emprego de estabelecimento em atividades não agrícolas também permitiu manter nesse tipo de emprego os jovens quando se tornam adultos, amortecendo a ampliação do número de pessoas adultas dedicadas a negócios próprios,

principalmente no caso dos homens e do emprego doméstico remunerado, principalmente no caso das mulheres, notadamente as de menores condições sócio econômicas.

Por sua vez, a Tabela 7 mostra as mudanças na composição setorial da ocupação não agrícola. A valorização da moeda nacional prejudicou a produção doméstica que compete com a de outros países. Não obstante, o emprego na indústria de transformação expandiu-se com o aumento do consumo e do investimento entre 2004 e 2008. A crise global, entretanto, desacelerou o consumo e diminuiu o investimento, além de acirrar a competição internacional, repercutindo desfavoravelmente na produção manufatureira brasileira. A exportação de manufaturados deixou de aumentar e a importação de manufaturados cresceu fortemente, provocando enorme déficit de comércio externo de produtos manufaturados. Em consequência, o emprego na indústria de transformação vem diminuindo e, em 2013, superou em somente 3,8% o que se observou em 2004.

Tabela 7 – Brasil: Distribuição das pessoas ocupadas por setor de atividade (2004 e 2013)

| Setor de atividade | 2004 | % mulheres | 2013 | % mulheres |
|--------------------|-------|------------|-------|------------|
| Outra indústria | 1,0 | 11,1 | 0,9 | 12,8 |
| Ind. Transformação | 17,5 | 37,2 | 14,8 | 37,3 |
| Construção | 8,0 | 2,5 | 10,7 | 3,2 |
| Comércio | 21,9 | 38,3 | 20,8 | 41,7 |
| Alojamento | 4,5 | 49,8 | 5,4 | 57,0 |
| Transporte | 5,8 | 11,9 | 6,5 | 12,8 |
| Adm. Pública | 6,3 | 37,3 | 6,5 | 40,0 |
| Educação | 11,1 | 77,4 | 12,0 | 76,5 |
| Serv. Doméstico | 9,7 | 93,3 | 7,8 | 92,6 |
| Outros Serviços | 5,2 | 58,5 | 4,6 | 63,5 |
| Outras Atividades | 8,9 | 36,1 | 10,0 | 42,1 |
| Total não agrícola | 100,0 | 44,4 | 100,0 | 44,7 |

Fonte: IBGE - PNAD 2004 e 2013.

O emprego na indústria de transformação diminuiu de 17,5% para 14,8% do total de pessoas ocupadas pelos setores não agrícolas. O serviço doméstico também teve significativa diminuição de participação no total da ocupação não agrícola. O emprego cresceu significativamente nos setores Outras atividades industriais (extração mineral, eletricidade, água e gás), comércio e reparação e outros serviços sociais, comunitários e pessoais, mas o forte crescimento do emprego total nas atividades não agrícolas reduziu a participação desses setores. O forte crescimento do emprego fora da agricultura deveu-se a construção civil, alojamento e alimentação, transporte e comunicação, outras atividades (finanças bens raízes e atividades de apoio às empresas), e também administração pública, educação, saúde e serviço social que ampliaram a participação no total da ocupação não agrícola.

Porém, em todos os setores, exceto outros serviços (serviços comunitários e serviços pessoais), aumentou a proporção de empregados de estabelecimento na ocupação total, bem como o grau de formalização dos contratos de trabalho nos empregos de estabelecimento (Tabela 8). Esses aumentos na proporção de empregos de estabelecimento com contrato de trabalho formalizado ocorreram principalmente nos setores que não concorrem com a produção de outros países. Nesses setores são menores a proporção de emprego de estabelecimento e o grau formalização dos contratos de trabalho.

Tabela 8 – Brasil: Taxa de assalariamento por setor de atividade e nível de formalização (2004 e 2013)

| Setores de atividade | Emprego/Ocupação | | Emprego Formal | |
|----------------------|------------------|-------|----------------|------|
| | 2004 | 2013 | 2004 | 2013 |
| Outra indústria | 91.3 | 95.8 | 85.5 | 90.6 |
| Ind. Transformação | 75.5 | 78.3 | 78.1 | 86.6 |
| Construção | 50.3 | 54.1 | 45.5 | 64.0 |
| Comércio | 54.9 | 64.6 | 64.8 | 77.0 |
| Alojamento | 54.1 | 62.7 | 57.1 | 67.8 |
| Transporte | 65.7 | 72.2 | 74.7 | 82.5 |
| Adm. Pública | 100.0 | 100.0 | 79.0 | 78.0 |
| Educação | 90.6 | 92.3 | 78.5 | 80.8 |
| Outros Serviços | 57.7 | 50.2 | 45.2 | 58.4 |
| Outras Atividades | 75.1 | 79.5 | 77.5 | 86.2 |
| Total não agrícola | 62.5 | 67.5 | 71.0 | 78.8 |

Fonte: IBGE - PNAD 2004 e 2013.

Os aumentos tanto na proporção de empregos em estabelecimento na ocupação das pessoas quanto no grau de formalização dos contratos de trabalho dos empregos de estabelecimento refletem a ampliação da produção empresarial mais estruturada que ocorreu em todos os setores de atividade, mas principalmente nos setores não agrícolas que não concorrem com a produção de outros países. Nesses setores o peso da produção empresarial mais estruturada é menor. A elevação do preço relativo dos produtos desses setores que não concorrem com a produção de outros países, ao ocorrer sem aumento da inflação que prejudicava o poder de compra da população, fenômeno que fez parte do processo de valorização da moeda nacional contribuiu para a consolidação da produção empresarial nesses setores, elevando o emprego de estabelecimento e o grau de formalização dos contratos de trabalho.

III RENDIMENTOS DO TRABALHO

A inflação média anual foi de 5,3% entre 2004 e 2013 (bem menor que os 8,8% verificados entre 1998 e 2004) e o poder de compra da renda média do trabalho aumentou 43,3% ou 4,1% ao ano, neste período. A redução na taxa de desemprego, junto com menor inflação, levou a um intenso aumento da renda do trabalho, apesar de ter sido modesta a ampliação das oportunidades ocupacionais. Esse expressivo aumento da renda média do trabalho ocorreu com diminuição nas diferenças de renda dos trabalhadores e o Índice de Gini diminuiu de 0,55 a 0,50 no período.

O intenso aumento da renda média do trabalho foi o principal responsável pelo forte aumento da renda total do trabalho, 67% em 9 anos ou 5,9% ao ano, bem maior do que a elevação do PIB no período (3,5% ao ano), indicando que aumentou a participação do trabalho na renda nacional.

A Tabela 9 mostra a evolução da renda do trabalho por posição na ocupação. O emprego em estabelecimento foi a única posição na ocupação com expressivo aumento do

número de pessoas. Porém, essa posição na ocupação mostrou o menor aumento de renda média, e mesmo assim, muito intenso: 3,9% ao ano. A participação dos empregados de estabelecimento no total da renda do trabalho aumentou de 62,4% em 2004 para 65,8% em 2013. Já o trabalho doméstico remunerado foi a posição na ocupação com maior aumento da renda média, mas o número de pessoas com trabalho doméstico remunerado em 2013 foi 1,7% menor do que em 2004. A renda média do trabalho doméstico era pouco menor que o salário mínimo e o aumento do poder de compra, entre 2004 e 2013, foi exatamente igual ao aumento do valor do salário mínimo, descontada a inflação (5,7% ao ano). As outras duas posições na ocupação com rendimentos do trabalho (empregadores e trabalhadores por conta própria) diminuíram a participação no total da renda do trabalho e, nos dois casos, essa diminuição deveu-se à pequena ampliação do número de pessoas nestas posições na ocupação.

O intenso crescimento do emprego de estabelecimento permitiu, de um lado, ampliar a absorção de jovens nessa posição na ocupação e, de outro lado, manteve nesses empregos uma maior proporção de pessoas quando se tornaram adultas. Assim, uma maior proporção de jovens começa a atividade econômica no emprego de estabelecimento e não tanto no trabalho não remunerado ou no trabalho doméstico remunerado e uma menor proporção de adultos é expulsa do emprego de estabelecimento e obrigada a montar um negócio próprio. Por esse motivo, o envelhecimento da força de trabalho (redução da proporção de jovens e aumento da proporção de adultos), decorrente das modificações da estrutura etária da população brasileira e das mudanças recentes nas taxas de participação na atividade econômica, especialmente importante no caso da população juvenil masculina, ocorre de modo muito menos acentuado entre empregados de estabelecimentos do que nas outras posições na ocupação com rendimento positivo.

Tabela 9 - Renda média das pessoas ocupadas com rendimento e total das rendas do trabalho por posição na ocupação. Brasil, 2004 e 2013.

| Posição na Ocupação | Renda média | | | Ocupados com rendimento | | | Total da renda | | |
|---------------------|-------------|-------|-------------|-------------------------|-------|-------------|----------------|-------|-------------|
| | 2004 | 2013 | Taxa cresc. | 2004 | 2013 | Taxa cresc. | 2004 | 2013 | Taxa cresc. |
| Empregado | 100,1 | 98,4 | 3,9 | 62,3 | 66,9 | 2,5 | 62,4 | 65,8 | 6,5 |
| Trab. doméstico | 35,0 | 40,4 | 5,7 | 8,7 | 7,3 | -0,2 | 3,0 | 3,0 | 5,5 |
| Empregador | 320,0 | 316,8 | 4,0 | 4,5 | 3,9 | 0,1 | 14,5 | 12,3 | 4,0 |
| Conta-própria | 82,0 | 86,4 | 4,7 | 24,5 | 21,9 | 0,5 | 20,1 | 18,9 | 5,2 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 4,1 | 100,0 | 100,0 | 1,7 | 100,0 | 100,0 | 5,9 |

Fonte: IBGE - PNAD 2004 e 2013.

A mudança na estrutura etária da força de trabalho é muito diferente nas distintas posições na ocupação e tem implicações para o aumento das respectivas rendas médias, contribuindo para que seja menor o aumento da remuneração média dos empregados de estabelecimento do que o aumento das rendas médias das outras posições na ocupação, especialmente o trabalho por conta própria. A diminuição da população adulta que é expulsa do emprego de estabelecimento leva, de um lado, a aumentar progressivamente a proporção de trabalhadores que optam e têm condições para estabelecer um negócio próprio e, de outro, a diminuir a proporção daqueles que são obrigados a montar negócio próprio, sem as condições mínimas necessárias para o êxito desses negócios. Em consequência, o número de trabalhadores por conta própria aumenta bem menos que o de empregados de estabelecimento e a ampliação da renda média do trabalho por conta própria é bem maior do que a do emprego de estabelecimento.

O aumento do emprego de estabelecimento provocou mudanças no perfil ocupacional de homens e de mulheres, mas as mudanças foram bem mais pronunciadas no caso das mulheres. Entre os homens a proporção de ocupados com rendimento que tem emprego de estabelecimento aumentou de 65,5% para 68,7% entre 2004 e 2013, em consequência da diminuição das proporções de trabalhadores por conta própria (28% para 25,7%) e de empregadores (5,6% para 4,7%). Já no caso das mulheres a proporção de empregados de estabelecimento passou de 57,5% para 64,4%, em consequência não somente da redução na proporção de trabalhadores por conta própria (19,2% para 16,6%) e de empregadores (2,9% para 2,7%), mas principalmente devido à queda na proporção de trabalhadores domésticos remunerados (20,4% para 16,3%). Como o nível do rendimento do trabalho doméstico remunerado é muito baixo, comparativamente ao do emprego de estabelecimento, a queda do emprego doméstico fez com que a renda média das mulheres ocupadas aumentasse mais do que a dos homens (4,6% e 4,0% ao ano, respectivamente) elevando a relação entre essas médias, de 69,7% para 73,3% em 2013 (Tabela 10).

Tabela 10 – Brasil: Emprego e rendimento da mulher comparados aos dos homens (2004 e 2013)

| Posição na Ocupação | Participação mulher (%) | | Renda mulher ÷ renda homem | | % Renda da mulher na renda total | |
|---------------------|-------------------------|------|----------------------------|------|----------------------------------|------|
| | 2004 | 2013 | 2004 | 2013 | 2004 | 2013 |
| Empregado | 36.6 | 40.1 | 89.3 | 87.4 | 34.0 | 37.0 |
| Trab. Doméstico | 93.3 | 92.8 | 71.1 | 72.5 | 91.1 | 90.3 |
| Empregador | 25.6 | 28.8 | 72.5 | 72.8 | 20.0 | 22.8 |
| Conta-própria | 31.0 | 31.7 | 65.1 | 69.0 | 22.6 | 24.2 |
| Total | 39.7 | 41.7 | 69.7 | 73.2 | 31.4 | 34.4 |

Fonte: IBGE - PNAD 2004 e 2013.

A relação entre as rendas médias de homens e de mulheres ocupados varia muito por posição na ocupação, sendo maior no emprego de estabelecimento e menor no trabalho por conta própria. Nos casos do emprego doméstico remunerado e do empregador a renda média das mulheres é de aproximadamente 72% da renda média dos homens e essa relação pouco se modificou entre 2004 e 2013. A presença feminina aumentou em todas as posições na ocupação, com exceção do trabalho doméstico remunerado, mas a remuneração relativa das mulheres diminuiu entre os empregados de estabelecimentos e aumentou entre os trabalhadores por conta própria, reduzindo as diferenças de rendimento por posição na ocupação. Não obstante, o vigor do aumento da presença feminina entre empregados de estabelecimento e entre os empregadores provocou os maiores aumentos na proporção da renda total apropriada pelas mulheres nessas duas posições na ocupação.

As diferenças de renda do trabalho são maiores entre os homens e diminuíram tanto entre homens como entre mulheres no período considerado. O aumento da renda média foi maior entre as mulheres, mas a diminuição do índice de Gini foi semelhante (0,55 para 0,50 no caso dos homens e 0,53 para 0,48 no caso das mulheres). Os maiores aumentos da presença feminina nas posições na ocupação melhor remuneradas (empregadores e empregados de estabelecimentos) e o aumento relativo da renda média das mulheres nas posições na ocupação pior remuneradas (trabalho doméstico remunerado e trabalho por conta própria) contribuíram para a redução da diferença de renda média entre homens e mulheres no período 2004-2013.

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento do emprego de estabelecimento em atividades não agrícolas (de 32,9% em 9 anos ou 3,2% ao ano) foi a melhor manifestação da reativação do mercado de trabalho no Brasil, a partir de 2004, favorecida pelo boom internacional de commodities. Os setores de construção, comércio e reparação, alojamento e alimentação, transporte e comunicações, educação, saúde e serviço social e outras atividades (finanças, imóveis e apoio às empresas) que já participavam com 65,2% do emprego de estabelecimento em atividades não agrícolas, em 2004, cresceu 46% ou 4,3% ao ano e participou com 87,2% de todo o aumento do emprego de estabelecimento em atividades não agrícolas do período.

Esses setores não competem com a produção de outros países e foram favorecidos pela valorização da moeda nacional que ajudou a elevar o preço relativo dos produtos desses setores, mantendo baixa a taxa de inflação. Um forte crescimento do emprego de estabelecimentos, com baixa inflação, ajudou a ampliar o poder de compra da renda do trabalho, tanto no emprego de estabelecimento como nas outras posições na ocupação. Em consequência da forte ampliação da renda total do trabalho, foi expressivo o aumento do consumo e a resposta da produção doméstica foi intensa no caso dos produtos que não concorrem com a produção de outros países ou de produtos em que o Brasil tem vantagens comparativas natural ou previamente construídas.

Na resposta da produção doméstica ao aumento da demanda, foi intenso o investimento e houve uma estruturação empresarial mais sólida que levou a intenso aumento do emprego de estabelecimento e a ampliação do grau de formalização dos contratos de trabalho. A ampliação do emprego formal ocorreu fundamentalmente em atividades industriais que devem ser realizadas próximas dos recursos naturais ou de mercado comprador, construção, comércio, alojamento e alimentação, transporte e comunicação, educação, saúde, serviço social, finanças e imóveis e apoio às empresas.

O revigoramento do mercado de trabalho ocorreu em um momento de mudança na participação da população brasileira na atividade econômica. Desde os anos 1990 vem aumentando a escolaridade da população jovem e diminuindo sua participação na atividade econômica, ocorrendo um adiamento da entrada no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, por causa da redução do crescimento demográfico que vem ocorrendo desde o final da década de 1960, a diminuição da população juvenil reforça a queda na população ativa com menos de 30 anos de idade.

O crescimento da PEA ainda é intenso porque o contingente que entra na atividade econômica é expressivo em relação ao que sai da atividade econômica, mas diminui na população ativa a proporção de jovens e aumenta a proporção de adultos o que tem implicações importantes para a dinâmica do mercado de trabalho.

Os jovens são absorvidos fundamentalmente pelo emprego de estabelecimento, trabalho doméstico remunerado e trabalho não remunerado para negócio de outro membro da família. Nos anos 1990, o impacto negativo da abertura comercial e financeira do país sobre o mercado de trabalho dificultou a absorção de jovens pelo emprego formal em estabelecimento. O estreitamento do mercado de trabalho ocorreu simultaneamente a um aumento na escolaridade da população jovem. O início do adiamento da entrada na atividade econômica ocorreu com elevação na taxa de desemprego juvenil e na proporção de jovens ocupados no serviço doméstico remunerado e no trabalho não remunerado para negócios de outros membros da família.

A reativação do mercado de trabalho nos anos 2000 não interrompeu o adiamento da entrada na atividade econômica, mas diminui a taxa de desemprego dos jovens e a proporção dos jovens ocupados no serviço doméstico remunerado e no trabalho não remunerado para negócios de outros membros da família. Ao mesmo tempo, a reativação do

mercado de trabalho diminuiu a expulsão do adulto do emprego de estabelecimento, reduzindo o ritmo de ampliação das pessoas com negócio próprio, isoladamente, ou, com ajuda de membros da família que trabalha sem remuneração, ou contratando poucos empregados.

A redução no ritmo de ampliação do trabalho por conta própria e dos empregadores, bem como a redução absoluta do trabalho sem remuneração e a forte ampliação do emprego de estabelecimento com contrato de trabalho formal sinalizam o avanço da estruturação empresarial da atividade econômica.

O mercado de trabalho, então, não somente reativou-se, mas iniciou um avanço em termos de reestruturação, com melhor definição dos momentos de entrada e saída e condições para especificar melhor as diversas posições no mercado, apesar da força de tendências contrárias, decorrentes da flexibilização das relações de emprego, no capitalismo contemporâneo. A redução no ritmo de expulsão dos adultos do mercado de trabalho tem implicações no sentido de favorecer a posição dos trabalhadores diante dos patrões, na definição das características do emprego, inclusive reduzindo a rotatividade que é muito elevada no Brasil. Isto, entretanto, depende da continuação do crescimento do emprego de estabelecimento e de uma atuação do Estado favorecendo a organização dos trabalhadores.

A continuação do crescimento do emprego de estabelecimento é fundamental para uma melhor estruturação da compra e venda da força de trabalho. As taxas de participação e de desemprego dos jovens ainda são elevadas, bem como a proporção de jovens ocupados com emprego sem carteira, trabalho doméstico remunerado e trabalho não remunerado. O crescimento do emprego formal de estabelecimento teria que ser suficiente para reduzir o desemprego de jovens e a proporção de jovens ocupados com emprego sem carteira, trabalho doméstico remunerado e trabalho não remunerado, bem como permitir a continuação ou a entrada no emprego formal de estabelecimento dos jovens quando se tornam adultos.

O desafio atual é manter o crescimento do emprego de estabelecimento depois que terminou o boom de commodities com o acirramento da competição na produção de manufaturados no desenrolar da crise global que vem impactando a economia brasileira desde o final de 2008. No início do governo Dilma, em 2011, tentou-se reduzir o nível das taxas de juros e controlar a entrada de capital e o mercado cambial para ter uma desvalorização controlada da moeda, mas o investimento público e privado não foi suficiente para manter o crescimento do PIB e reduzir o déficit de comércio externo de manufaturados, ampliando a infraestrutura e melhorando a competitividade da produção doméstica de manufaturados.

O consumo vem desacelerando e o investimento diminuiu, provocando redução no ritmo de crescimento do PIB. A inflação aumentou ao não se realizarem os investimentos em infraestrutura e no desenvolvimento da produção de manufaturados que evitariam o aumento do déficit de comércio e compensariam o fim da melhora nos termos de troca. As contas públicas pioraram com a desaceleração do PIB e o esforço público para manter a atividade da economia e a inflação aumentou, intensificando a oposição ao esforço do governo para manter o crescimento do PIB através do aumento da taxa de investimento e da preservação do avanço socioeconômico recentemente logrado pela população.

As medidas tomadas pelo governo, no início do segundo mandato de Dilma, mostram a intensidade das forças que se opõem ao esforço público para manter o crescimento com inclusão social no Brasil e o mercado de trabalho já acusa os efeitos da estagnação com o início do aumento da taxa de desemprego e a redução no ritmo de elevação da renda média do trabalho. As perspectivas para o futuro imediato são de piora nos indicadores do mercado de trabalho, particularmente se chegar a ocorrer uma diminuição significativa do nível do PIB, fato que não ocorre no país desde a recessão do início dos anos 1990, quando a inflação era muito alta e ocorria o colapso cambial provocado pela crise da dívida externa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. Trabalho decente e juventude no Brasil: a construção de uma agenda. **Mercado de Trabalho – conjuntura e análise**, IPEA, ano 18, n. 55, p. 39-44, ago. 2013.
- ARESTIS, P.; DE PAULA, L.F.; FERRARI FILHO, F. Inflation targeting in emerging countries: the case of Brazil. In: ARESTIS, P.; SAAD FILHO, A. (Eds.) **Political economy of Brazil: recent economic performance**. London: Palgrave Macmillan, 2007, p. 116-140.
- BALTAR, C. A model of economic growth for an open developing country: empirical evidence for Brazil, **Land Economy Working Paper Series**, CCEPP, n. 12, 2014.
- BALTAR, P. More pay and more Jobs: how Brazil got both. **Global Labour Column**, n. 24, June, 2010. Online access: <http://column.global-labour-university.org/2010/06/more-pay-and-more-jobs-how-brazil-got.html>
- BALTAR, P. Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. In: CALIXTRE, A.; BIANCARELLI, A.; CINTRA, M. A. (Eds.) **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014, p. 423-468.
- BALTAR, P. et. al. Moving towards decent work. Labour in the Lula government: reflections on recent Brazilian experience. **Global Labour University Working Papers**, n. 9, 2010. Online access: http://www.global-labour-university.org/fileadmin/GLU_Working_Papers/GLU_WP_No.9.pdf
- BARBOSA, F. de Mello et. al. Rescuing the minimum wage as a tool for development in Brazil. **International Journal of Labour Research**. ILO, v. 4, n. 1, 2012 (Social justice and growths: the role of the minimum wage).
- BAUMANN, R.; ABRAMO, L.; BOLDUC, K. (Coords.) **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: CEPAL; PNUD; OIT, 2008.
- BERG, J. Laws or luck? Understanding rising formality in Brazil in the 2000. In: LEE S. and MCCANN D. (Eds) **Regulating for Decent Work: New directions in labour market regulation**, ILO, Palgrave MacMillan, 2011.
- ILO. **Brazil: an innovative income-led strategy**. Geneva: International Institute for Labour Studies, 2011. (Studies on growth with equity).
- LEONE, E. O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal. **Série Trabalho Decente no Brasil**. Documento de Trabalho n. 3. Brasília: OIT, 2010, p.1-34. Online access: <http://www.oitbrasil.org.br/node/247>
- OIT. **Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as unidades da Federação**. Coordenação de José Ribeiro Soares Guimarães. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2012.
- PAULANI, L. M. The real meaning of the economic policy of Lula's Government. In: ARESTIS, P.; SAAD FILHO, A. (Eds.) **Political economy of Brazil: recent economic performance**. London: Palgrave Macmillan, 2007.